

Novas propostas diante da realidade indígena

PAMELA NUNES

Sucursal de Brasília

Muita promessa, muito otimismo, uma proposta de diálogo com todos os setores ligados à causa indígena — até mesmo como o "incômodo" Conselho Indigenista Missionário, marginalizado na administração passada — esse foi o clima que marcou, na área oficial, o Dia do Índio, de acordo com as proposições do atual presidente da Funai que há pouco mais de um mês assumiu um órgão fraco, desgastado e desacreditado por todos, e o que é mais importante, pelos próprios índios.

Além de resolver os inúmeros problemas que afligem os índios brasileiros, o atual presidente do órgão, Ademar Ribeiro da Silva, ex-diretor do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem — terá como primeira tarefa a cumprir a reabilitação da imagem da Fundação perante os grupos indígenas e a opinião pública. A sua primeira providência, recomendada pelo ministro Mário Andreazza, do Interior, foi "uma limpeza na Funai" que culminou com a substituição de todos os diretores de departamentos do Governo passado.

Ademar Ribeiro da Silva, que por ironia vem do órgão que mais prejudicou os índios em governos passados, cortando ferozmente inúmeras reservas e ameaçando de extinção diversas comunidades reconhece que seu trabalho não será fácil, ao contrário, ser presidente da Funai significa uma tarefa mais delicada, principalmente quando se trata de cumprir o Estatuto do Índio, no artigo que trata da demarcação de terras indígenas.

Neste particular, cuja solução significa a sobrevivência dos grupos indígenas e não são raros os problemas que surgem de caráter econômico e social. Ou a dificuldade está em indenizar os grandes proprietários — já comodamente instalados em área indígena por "descuido" de administrações anteriores, que datam do antigo Serviço de Proteção ao Índio ou então, o assentamento dos posseiros que invariavelmente ocupam as reservas há dezenas de anos.

Por isso mesmo os reiterados apelos do novo presidente da Funai aos antropólogos, missionários, opinião pública e imprensa, no sentido de que colaborem todos na busca de uma solução para os problemas "de uma minoria muito importante do povo brasileiro" segundo ele próprio reconheceu durante a primeira entrevista coletiva que concedeu às vésperas do Dia do Índio, seu apelo se estendeu, para a surpresa de todos, ao Conselho Indigenista Missionário, cujos integrantes foram oficialmente proibidos de ingressar em áreas indígenas na administração do general Ismarth de Oliveira.

URGÊNCIA

Foi, também, durante a entrevista, que Ademar declarou que em se tratando de índios, não há mais tempo. Tudo tem que ser feito em caráter de urgência, porque, disse ele, no ano 2000 teremos 200 milhões de brasileiros que vão precisar morar, comer e trabalhar; ou se reserva a terra para o índio desde agora ou, dentro de muito pouco tempo, não haverá nem terras desocupadas e o que é pior, nem índios.

Naturalmente estamos no início de uma nova administração. Quando se trata de começo não cabem críticas. Nosso papel, tanto da imprensa, como da opinião pública, é de ouvir promessas aguardar e cobrar o cumprimento delas. O atual presidente da Funai disse por diversas vezes que fará tudo para corresponder às expectativas dos índios e a confiança depositada nele pela liderança xavante que assistiu à sua posse. E disse mais, que os resultados do seu trabalho começarão a aparecer logo. "Temos muita pressa", disse ele.

Tomara! O problema do índio brasileiro é tão sério, conta com tão pouco apoio do próprio Governo — o orçamento para este ano, depois de muitas conversações, foi acrescido de cem milhões de cruzeiros, totalizando 570 milhões, e é um dos menores da União — com uma estrutura desfalcada de pessoal de campo, uma superestrutura burocrática ociosa, em Brasília, enfim, uma gama de problemas de ordem as mais diversas que retarda a solução das questões pendentes nos 164 postos e três parques indígenas espalhados por todo o País.

LIMPEZA

A primeira promessa feita pelo atual presidente aos Xavantes já foi cumprida. Foram substituídos todos os diretores de Departamento incluindo entre os novos três antigos auxiliares de Ademar no DNER. É a seguinte a composição atual da Funai: superintendente administrativo, Pedro Paulo Fatonelli Carneiro; procurador-geral, Galileu Bonifácio da Costa; Departamento Geral de Planejamento Comunitário, Luis Antônio Palucio Ribeiro; Departamento Geral do Patrimônio Indígena, José de Ribamar Pereira Castanheda; Departamento Geral de Operações, coronel José Leal Neto e Departamento geral de administração, coronel Luis Carlos Correia.

Quanto à Coordenadoria Geral da Amazônia-Coama — quase que um órgão dentro da própria Funai, o atual presidente tem também novos planos. Minimizar, administrativamente, os poderes da coordenação e criar novas unidades que serão transformadas em centros regionais em cada ponto principal do País para dotar de maior atenção as delegacias estaduais. "Queremos estar presentes em cada uma das delegacias que hoje em dia se queixam da dificuldade em contatar com o órgão em Brasília", disse Ademar.

Junta-se, ainda, a esta proposta a intenção de diminuir a estrutura do órgão em Brasília, a construção de uma sede para abrigar o Departamento de Terra e uma preocupação com a agilização dos projetos de educação, saúde e desenvolvimento comunitário, através dos programas agropecuários em áreas indígenas, o que vai exigir do novo presidente uma aptidão especial no exercício de esticar e dividir o inexistente, ou seja, a pouca verba, milagre até hoje conseguido com sucesso apenas por Jesus Cristo.

"DURA REALIDADE"

"A situação dos índios, uma dura realidade" — como colocou muito bem o documento distribuído em Brasília pela Associação Nacional de Apoio ao Índio —, as populações indígenas brasileiras



Andreazza pediu uma limpeza na Funai

atravessam, atualmente, uma das mais difíceis fases de luta pela sobrevivência. A ocupação da Amazônia por grandes grupos nacionais e multinacionais, subvencionados pelo Estado, ameaçam devorar as poucas terras ainda em posse de grupos indígenas.

Diz, ainda, o documento, que a construção de vultosas obras de infra-estrutura — estradas e barragens — que afetam negativamente o equilíbrio ecológico do ambiente indígena e ameaçam com o extermínio tribos inteiras, além do descaso sistemático do Governo para com os interesses dos povos indígenas que se traduz em uma política indigenista até agora omissa, pois invariavelmente a Funai, como órgão de proteção às comunidades, esbarra em interesses econômicos que neutralizam a sua ação.

Hoje, no Brasil, existe um número indefinido de índios. São inúmeras as contradições entre a população exata indígena que hoje abriga o Território Nacional desde o descobrimento quando se calcula que havia cerca de cinco milhões de índios. Hoje, para os mais pessimistas este número não ultrapassa os 80 mil. Para outros, talvez otimistas demais, contando com os grupos arredios da Amazônia, existem perto de 200 mil índios no País.

Esses índios, que vivem lutando pela sua sobrevivência dependem, em primeira instância do acesso à terra. Neste sentido é importante lembrar que, se por um lado várias reservas foram decretadas e algumas efetivamente demarcadas entre 1974 e 1978, os critérios empregados na definição das áreas quase nunca coincidiram com os interesses de cada grupo indígena; daí as inúmeras situações de tensão em áreas já demarcadas e que carecem de uma redemarcação. Afora o fato de que apenas um terço das terras foram, até o momento, garantidas aos índios.

Mas a demarcação das terras, embora seja a única forma de garantir a sobrevivência dos grupos, está longe de a satisfazer os anseios indígenas. Muitas áreas já demarcadas acham-se gravemente ameaçadas por invasores, que não se intimidam quando se trata de ocupar terras férteis e ricas em minérios como é o caso dos índios Yanoami, de Roraima, onde técnicos da companhia Vale do Rio Doce realizam pesquisas em sua área sem o prévio convênio que deveriam manter com a Funai. Pelo menos isso.

AMEAÇA

Quanto aos grupos ainda isolados, o problema não é menor. Estes estão constantemente ameaçados pelo contato iminente e descontrolado com as novas frentes de expansão. São grupos que habitam áreas cujos recursos naturais atraem empresas de exploração sistemática mas que até hoje estavam sendo preservadas. São pessoas, que de agora em diante, com a ocupação acelerada da Amazônia, estão destinadas ao extermínio sumário já que não contam com nenhuma assistência efetiva do governo.

Como bem colocou o documento da ANAI, a responsabilidade pelo futuro dos povos indígenas não cabe apenas ao Estado. Toda a nação brasileira deve estar comprometida com o destino dos índios e com seu direito a uma existência digna e autônoma. As várias entidades de apoio ao índio que surgiram nos últimos anos pretendem congregam nos setores da sociedade civil em defesa da causa indígena. Sua função primordial é a de fiscalizar a tutela que o Estado, por lei, enquanto representantes da sociedade nacional deve exercer sobre as comunidades indígenas.

A grita nacional provocada pelo "engavetado" projeto de emancipação que o atual Governo preferiu esquecer, taticamente, é uma prova de que a sociedade brasileira despertou para a realidade indígena e "bancou" esta briga para valer. O importante é que todos estão atentos ao que se passa com o índio brasileiro e o principal, os próprios índios desenvolveram uma consciência crítica de seus problemas e de sua condição de minoria racial.

Mas, a situação atual dos índios e os perigos que sobre eles pairam, refletem um estado de coisas ou atinge a maior parte da população brasileira. A ocupação selvagem e desenfreada do solo brasileiro pelo latifúndio e o grande capital; a sujeição econômica e a repressão política; o desprezo pelas formas sócio-culturais que difiram de um padrão imposto e sustentado pela força do arbítrio; tudo isso fere e submete a partes suas específicas diferenças sócio-culturais, os índios deixam, aí, de serem computados como maioria e passam, então, para a ampla minoria que luta para que seus direitos sejam enfim respeitados.